

Cadê o dinheiro do PAISM?

Foi um susto quando, no dia 20 de março, poucas horas antes do início da reunião conclusiva da Comissão Mista de Orçamento, constatou-se que no Relatório Geral que seria submetido ao Plenário da Comissão os recursos para o PAISM eram igual a zero. Depois de sucessivos adiamentos da reunião da Comissão e de tensas e longas negociações madrugada adentro, chegou-se a um acordo. No próximo dia 9, o Relatório Geral do Orçamento da União será submetido ao Plenário do Congresso Nacional. (Pág. 12)

5 PERNAMBUCO

6 BAHIA

9 SÃO PAULO

O Dia Internacional da Mulher no Brasil



mujer/fempress nº 112/113

Em todo o país, a mobilização das mulheres no 8 de março foi intensa. Criatividade e combatividade não faltaram. As mulheres do movimento, de norte a sul, leste a oeste contam, neste FÊMEA, um pouco do que se fez em cada Estado.

Zulaiê é a nova relatora do PL 20/91



Deputada Zulaiê Cobra (PSDB/SP)

A nova relatora do PL 20/91 - que obriga o atendimento dos casos de aborto legal pela rede pública de saúde - é a Deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP).

Agora, o movimento de mulheres já pode contar com um parecer favorável ao projeto. O convencimento da CCJR, entretanto, permanece sendo um problema. Para aprovar o PL 20/91 na Comissão é necessário que a maioria simples (50% mais um) dos parlamentares votem a favor do projeto. A pesquisa de

opinião realizada pelo CFEMEA indica que dos 97 deputados (efetivos e suplentes) que integram a CCJR, 53 são favoráveis ao atendimento do aborto legal pela rede pública (Pág. 3).

Adiada para 10/4 votação dos vetos

Está prevista para o dia 10 de abril a Sessão do Congresso Nacional que analisará os vetos presidenciais ao projeto de lei que trata do planejamento familiar. A sessão está sendo convocada exclusivamente para deliberar sobre os vetos do Presidente FHC a 32 projetos de lei. Todos eles estão elencados numa cédula única, onde os vetos PL 209/91 figuram no 4º item de votação. Para derrubar os 18 vetos parciais a este projeto são necessários 257 votos dos deputados e 41 dos senadores (Pág. 3).

Editorial

PRODUÇÃO COLETIVA

Este FÊMEA é, verdadeiramente, uma produção coletiva. O nosso pedido de informações sobre como foi o Dia Internacional da Mulher em cada estado foi prontamente atendido por vários grupos de 13 estados da federação e o resultado, você poderá ver nas próximas páginas.

Agradecemos, pois, a todas as companheiras que tornaram possível que este boletim tivesse notícias de todos o país sobre o 8 de março. Nossos agradecimentos à Beth, do CNDM; Benedita e Joana D'Arc do Fórum Popular de Mulheres (RO); Cremilda, do MUSA (MG); Izabel, do Conselho Municipal da Condição Feminina, de Belém (PA); Lucimar, do CDM-DF; Lujan, da CUT (PI); Márcia Laranjeira, do Fórum de Mulheres (PE); Madalena, do NUEPOM, de Cuiabá(MT); Margarida, do CETRA e ao pessoal da UMC (CE); Maria Helena, do CMM (BA), Mary, do Grupo de Mulheres da Ilha (MA); Nair, da Força Sindical (SP); Shuma, da Redeh (RJ); Solange, do CEDIM (RJ); à toda a turma do Cunhã e à Valquíria do Centro da Mulher 8 de Março (PB); e à Coordenadoria de Assuntos da Mulher de Santos (SP).

Esclarecemos que vários grupos nos mandaram folders e folhetos com a programação prévia para o Dia Internacional da Mulher, que não constam deste número do FÊMEA, porque optamos por divulgar aquelas informações produzidas após o 8 de Março, que reportavam-se ao que havia sido realizado, já que não tivemos a menor condição de aferir se o que tinha sido previamente acertado cumpriu-se integralmente.

O Guia será lançado no dia 17 de abril

A segunda edição do Guia dos Direitos da Mulher será lançada nacionalmente no próximo dia 17 de abril, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. O lançamento está sendo promovido pelo CFEMEA e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A partir de então, o Guia vai estar disponível em todas as livrarias do país, ao preço de R\$15,00. Os Conselhos ou organizações de mulheres que tiverem interesse em adquirir mais de 100 exemplares do livro terão um preço especial, com desconto de 50%.

Vários grupos de mulheres estão interessados em promover o lançamento desta publicação em suas cidades. Por isto informamos os endereços dos representantes e distribuidores da Editora Record - responsável por esta nova edição - para que vocês façam o contato com eles:

DISTRIBUIDORES:
RIO DE JANEIRO: Rua Argentina, 171 - São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20921-380. Caixa Postal 884. Rio de Janeiro, RJ CEP - 20001-970. Tel.: (021) 585-2000. Departamento Comercial: Tel.: (021) 585-2001 e Fax: (021) 585-2080. Departamento Editorial: Tel.: (021) 585-2000 e Fax: (021) 580-4911.

SÃO PAULO: Rua José Antônio Coelho, 801 - São Paulo, SP. CEP 04001-062. Tel.: (011) 549-8333 e Fax: (011) 549-1080.

REPRESENTANTES:
ACRE-AMAPÁ - AMAZONAS - MARANHÃO - PARÁ - PIAUÍ - RONDÔNIA - RORAIMA:
ELDORADO NORDESTE REPRESENTAÇÕES LTDA. Rua Líbia de Castro Assis, 59

Conj. 203 Centro Empresarial Jardim. Boa Viagem, Recife, PE, CEP 51030-410. Tel.: (081) 341-2885 e Fax: (081) 341-2885.

MINAS GERAIS: LIVRARIA ELDORADO DISTRIBUIDORA LTDA. Rua Além Paraíba, 31 - Lagoinha Belo Horizonte, MG, CEP 31210-120. Tel.: (031) 442-2878, Fax: (031) 442-7070 e Telex: (031) 5435.

CEARÁ: VIA LIVROS LTDA. Rua Pinheiro Maia, 284. Cidade dos

Funcionários, Fortaleza, CE, CEP - 60822-720. Tel.: (085) 279-3244 e Fax: (085) 279-3244

MATO GROSSO - MATO GROSSO DO SUL (INTERIOR) - SÃO PAULO (NORTE): ESTEBAN REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. Rua São Sebastião, 1693 - Conj. 6, Centro, Ribeirão Preto, SP, / CEP - 14015-040. Tel.: (016) 636-4938 e Fax: (016) 636-4938.

ALAGOAS - PARAÍBA - PERNAMBUCO - RIO GRANDE DO NORTE - SERGIPE: VIA LIVROS LTDA - Rua Bispo Cardoso Ayes, 147, s/ 406, Boa Vista, Recife, PE, CEP - 50050-100. Tel.: (081) 22-4664 e Fax: (081) 421-3446.

PARANÁ - SANTA CATARINA (NORTE): C.A.T. M. REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Travessa Frei Caneca, 105/61 - Centro, Curitiba, PR, CEP - 80010-090. Tel.: (041)232-2984.

BAHIA: L.C. CORRÊA & CIA. LTDA - Rua Boulevard América, 23 Nazaré, Salvador, BA, CEP - 40050-320. Tel.: (071)242-3166 e Fax (071) 321-0378.

RIO GRANDE DO SUL - SANTA CATARINA (SUL E OESTE). SANTUCCI REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. Av. Venâncio Aires, 504 - Sala 303 -Porto Alegre - RS - Cidade Baixa - 90040-192 - Telefax (051) 221-4817.

DISTRITO FEDERAL - GOIÁS - TOCANTINS: LIBRARIO - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES E DISTRIBUIDORA LTDA. - SOF/SUL - Quadra 09 - Conj. A/Nº 04. Brasília, DF, CEP 71215-200, Tel.: (061) 322-1441, Bip 932.

Além da Editora Record, o CFEMEA também está à disposição para viabilizar e prestar o apoio que for necessário às organizações que desejarem lançar o Guia em suas cidades. Para nós seria muito importante que aqueles grupos que venham a promover lançamentos, nos informem a respeito.

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E APOIO
SCN, Ed. Venâncio 3000, Bl. "A" sala 602 - 70718-900
Brasília, DF - Telefone: (061) 225-1664 Fax: (061) 225-2336
- e-mail: cfemea@ax.ibase.org.br
Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA
Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira,
Iáris Ramalho Cortês, Malô Ligocki e Marlene Libardoni.
Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputada Jandira Feghali,
Marily Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling, Socorro
Gomes e Zulaia Cobra. Deputados José Genofino e Nelson
Jobim. Senadoras: Benedita da Silva e Marluce Pinto.
Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci,
Gise Conzenza, Heleith Saffioli, Lídice da Mata, Luci Choinacki,
Marah Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia

de Melo Ávila, Maria Luiza Fontenele, Maria Tereza Augusti,
Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel e Sueli Carneiro.
Comitê de Especialistas: Ana Maria Costa, Dóris Louise de
Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth
Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa,
Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro
Jô Moraes, Paola Capelin Giuliana, Sarah Sorrentino, Sílvia
Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.
Conselho Editorial: Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Marlene
Libardoni
Fotos: Arquivo CFEMEA
Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante
Impressão: Athalaia Gráfica e Papelaria Ltda. - Brasília - DF
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, e UNIFEM

Projeto do Executivo altera Código Penal

No dia 8 de março, o Congresso Nacional recebeu uma Mensagem do Presidente da República (MSC 180/96), apresentando um projeto de lei para alterar o Código Penal, a fim de que os crimes sexuais sejam qualificados como crimes contra a pessoa. A MSC 180/96 ainda está na Mesa Diretora da Câmara, de onde deverá ser despachada às Comissões Técnicas Permanentes.

A proposta partiu do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e foi encaminhada à Presidência da República pelo Ministro da Justiça, Nelson Jobim. Em sua exposição de motivos, Jobim esclarece que "no sistema legal vigente, a violência sexual ultraja os costumes, os hábitos, a moral da sociedade, e não a liberdade individual das pessoas, de dispor do seu próprio corpo. Na verdade, é resquício do tempo em que a mulher não tinha plena capacidade jurídica, não tinha participação significativa na vida política, e não concorria, em igualdade de condições no mercado de trabalho".

O ministro afirma que "os crimes de estupro e de atentado violento ao pudor, por exemplo, figuram ao lado do crime de favorecimento da prostituição e de casa de prostituição, como se a tutela jurídica recaísse sobre o mesmo bem. Equivocou-se, nesse caso, o legislador. Nos crimes contra a liberdade sexual, o bem a ser protegido, precipuamente, decorre da liberdade individual". E prossegue concluindo que "impõe-se que se confira aos crimes praticados contra a liberdade sexual o devido destaque que se dá aos crimes contra a pessoa pois, pior do que a ofensa aos padrões morais da sociedade, é a ofensa a integridade do ser humano.

Reforma do Código Penal - O Deputado Ibrahim Abi-Ackel (PPR-MG), relator da Sub-Comissão de Reformulação do Código Penal agendou para o dia 10 de abril uma reunião com a Bancada Feminina para discutir os projetos de lei que afetam os direitos das mulheres no Código Penal. Atualmente, o relator está analisando 17 projetos de lei, que versam sobre o assédio sexual, a violência familiar, os crimes sexuais, estupro de cônjuge, adultério, sedução e agravantes de penas.

Congresso analisará vetos dia 10/4

Está prevista para o dia 10 de abril a Sessão do Congresso Nacional que analisará os vetos presidenciais ao projeto de lei que trata do planejamento familiar. A sessão, que havia sido convocada para o dia 27 de março, teve que ser adiada devido a morte de três deputados estaduais do Maranhão - o Presidente do Congresso, Senador José Sarney, teve que ausentar-se em razão da morte de seus enterrâneos.

A nova sessão está sendo convocada exclusivamente para deliberar sobre os vetos do Presidente FHC a 32 projetos de lei. Todos eles estão elencados numa cédula única, onde os vetos PL 209/91 figuram no 4º item de votação. Para derrubar os 18 vetos parciais a este projeto são necessários 257 votos dos deputados e 41 dos senadores. Neste tipo de sessão em geral há pouca discussão e conta muito a orientação que as Lideranças Partidárias dão às suas bancadas sobre como votarem em cada item. Neste sentido, é importante destacar que várias lideranças já orientaram suas bancadas para votarem pela derrubada dos vetos ao PL 209/91, inclusive as Lideranças do Governo (na Câmara, Senado e Congresso).

Zulaiê é a nova relatora do PL 20/91

A nova relatora do PL 20/91 - que obriga o atendimento dos casos de aborto legal pela rede pública de saúde - é a Deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP). Conforme noticiamos na última edição do FÊMEA, o Deputado Hélio Bicudo (PT-SP), antigo relator da matéria, não pertence mais à Comissão de Constituição e Justiça (CCJR) - ele agora é Presidente da Comissão de Direitos Humanos - razão pela qual o projeto teve que ser redistribuído.

A Deputada Zulaiê Cobra é uma defensora convicta da obrigação da rede pública de saúde de garantir à mulher o efetivo exercício do seu direito de interromper uma gravidez, quando a gestação é resultante de estupro ou coloca em risco a sua própria vida. Mais do que isto, a parlamentar defende a descriminalização do aborto, bem como a sua legalização.

Agora, o movimento de mulheres já pode contar com um parecer favorável ao projeto. O convencimento da CCJR, entretanto, permanece sendo um problema. Para aprovar o PL 20/91

na Comissão é necessário que a maioria simples (50% mais um) dos parlamentares votem a favor do projeto. A pesquisa de opinião realizada pelo CFEMEA indica que dos 97 deputados (efetivos e suplentes) que integram a CCJR, 53 são favoráveis ao atendimento do aborto pela rede pública.

Sabe-se, entretanto, que todos os parlamentares são suscetíveis às pressões políticas. Quem acompanhou o processo de discussão da proposta de emenda constitucional contra o aborto (PEC 25/95) e a aprovação do próprio PL 20/91 na Comissão de Seguridade Social e Família não tem dúvidas quanto a esta afirmação. Constatou-se que aqueles parlamentares que defendem a descriminalização do aborto ou a sua legalização costumam manter uma postura firme ao longo de todo o período de discussão e votação de proposições que garantem à mulher o efetivo direito ao aborto legal. Os de-mais, apresentam uma tendência maior a flutuar entre posições contra e a favor.

POSICIONAMENTO DOS MEMBROS DA CCJR EM RELAÇÃO AO ABORTO

	A favor	Contra	Não têm opinião formada	Não responderam à questão	Não responderam à pesquisa	Total
Obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto legal pela rede pública de saúde	53	2	7	11	24	97
Descriminalização do aborto	29	20	11	13	24	97
Legalização do aborto até a 12ª semana de gravidez	19	22	19	13	24	97

O 8 de Março no Planalto Central



Mulheres oficiais do Corpo de Bombeiros e parlamentares comemoram o 8 de Março (da esq. p/ a dir.: Senadora Emília Fernandez (PTB-RS), Deputadas Vanessa de Felipe (PSDB-RJ) Marta Suplicy (PT-SP) e Esther Grossi (PT-RS))

No Palácio do Planalto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, no dia 8, várias ações destinadas à mulher (veja *FÊMEA* n° 37), a serem desenvolvidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM em conjunto com os Ministérios da Justiça, Saúde, Trabalho e Educação e pelo Conselho da Comunidade Solidária. Divulgou ainda o projeto de lei que encaminhou naquela data ao Congresso Nacional para alteração do Código Penal no que se refere aos crimes sexuais (veja matéria na página 3). No dia 7 de março, 6 conselheiras indicadas pela sociedade civil tomaram posse no CNDM.

O Congresso Nacional também comemorou ao Dia Internacional da Mulher. Desta vez, a Sessão foi conjunta e realizada no Plenário do Senado. A Senadora Emília Fernandez (PTB-RS) e a Deputada Marta Suplicy (PT-SP) alternaram-se na Presidência da Mesa e cada partido foi representado por uma parlamentar que pronunciou-se em nome da sua respectiva bancada. Quem passou pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, viu uma enorme faixa estendida à frente do Congresso Nacional, onde lia-se: Mulheres Sem Medo do Poder e as mulheres que fazem parte do Corpo de Bombeiros escalando o prédio do Congresso.



Em reunião do CNDM, o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, e a Presidente do Conselho, Rosiska Oliveira dão posse às novas conselheiras.



A Deputada Distrital Maria José (PT) é uma das duas mulheres que estão na Assembléia Distrital.

A Assembléia Legislativa do Distrito Federal também realizou uma Sessão Solene em comemoração ao 8 de Março. As organizações de mulheres usaram a tribuna da Assembléia para denunciar aos parlamentares e reivindicar medidas efetivas para eliminar as discriminações à mulher e garantir a igualdade de direitos entre os sexos.

Movimento de mulheres protesta contra Reformas

No Distrito Federal, o movimento de mulheres foi à Plataforma Rodoviária, ponto central da cidade, e divulgou uma nota protestando contra as reformas em curso pelo Governo de FHC e exigindo a imediata liberação de Diolinda Alves, do Movimento dos Sem Terra.

CDM lança campanha contra a violência

O Conselho dos Direitos da Mulher do DF, no dia 8 de março, lançou uma "Campanha contra a Violência sobre a Mulher", que tem como eixos principais a sensibilização e mobilização social e o desenvolvimento de políticas públicas para o enfrentamento do problema.

Dentre as ações governamentais incluem-se: a construção do primeiro Abrigo do DF para as mulheres sob grave ameaça de violência; a criação de postos de Delegacias da Mulher em todas as cidades satélites; a instalação do Disque Violência; a capacitação de servidores públicos visando aprimorar e agilizar o atendimento institucional, bem como facilitar a implementação das políticas com corte de gênero.

Pernambuco

Humor, lirismo, denúncias e debates

* Márcia Laranjeira

Humor, lirismo, denúncias e debates marcaram as comemorações do Dia Internacional da Mulher em Pernambuco.

O Fórum de Mulheres escolheu dois temas centrais para este ano: as conquistas do movimento de mulheres na IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, realizada em Beijing, e a defesa da implantação do atendimento ao aborto legal no Brasil. A programação durou toda uma semana, começando no dia 4 de março com a abertura do Seminário "A Mulher e a Aplicação do Direito", promovido pela ONG Justiça Seja Feita e Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica na sede da OAB.

Aberto ao público, o evento contou com a participação de juristas e feministas na discussão dos seguintes temas: direitos reprodutivos, família, sucessões e violência. Também no dia 4, a TV Cultura, de São Paulo, exibiu em rede nacional o vídeo "Aborto - Desafio da Legalidade", co-produção do SOS CORPO e Centro de Cultura Luiz Freire/TV Viva. Dirigido por Ângela Freitas, o vídeo aborda a luta do movimento de mulheres pela implantação do atendimento ao aborto nos casos previstos por lei.

O vídeo também foi exibido durante a semana no cinema e em praça pública. A Trupe de Teatro de Rua das Loucas de Pedra Lilás não deixou por menos. De segunda a quarta-feira promoveu o lançamento do belíssimo filme "Confiança", com entrada gratuita para as mulheres. Dirigido pelo americano Hal Hartley, o filme fala do encontro entre duas pessoas marginalizadas - uma adolescente grávida que deseja abortar e um homem hostilizado por seu pai - e da possibilidade de reestruturação de indivíduos a partir do respeito mútuo e da confiança.

Uma boa dica para quem deseja organizar debates sobre

relações de gênero... Para o público a Ruas das Loucas reservou a comédia "Voltando de Beijing ou Elas Me Deixam Louco!!" No dia 8 de março, as atrizes falaram das conquistas em Beijing e da ameaça da PEC no Congresso para um público diversificado. O espetáculo também foi apresentado em Camaragibe, na Região Metropolitana do Recife. No dia 7, o Coletivo Mulher Vida lançou o livro "Sexo turismo. O que a gente não faz para realizar um sonho?" A noite de autógrafos aconteceu na Livro 7. Na sexta-feira, dia 8 as comemorações se estenderam pelas cidades vizinhas: em Olinda, uma passeata mobilizou as mulheres. No Cabo de Santo Agostinho, o Centro das Mulheres do Cabo realizou o debate "Mulheres e Poder", na Câmara Municipal. A noite foi animada por um show popular de artistas locais. Em Recife, uma manifestação organizada pelo Fórum na Estação Central do Metrô chamou a atenção de quem ia para casa no final da tarde.

Muita gente parou para assistir as Loucas de Pedra Lilás e o vídeo "Aborto - Desafio da Legalidade". Quem preferiu uma "esticada" maior até o Pátio de São Pedro, no centro da cidade, pôde cantar ao som de cantoras pernambucanas que participaram do show organizado pelo Movimento Viva Mulher.

Quem optou por ir para casa, pode ver os vídeos "Sertanejas - Opus n. 1" e "Sertanejas Opus n. 2", produzidos pelo SOS CORPO e CCLF/TV Viva, reprisados em cadeia nacional pela TV Cultura de São Paulo. Mas nem só nas ruas o movimento de mulheres se fez presente.

Nas emissoras de rádio, TV e nos jornais locais, as mulheres se fizeram presentes nos programas



jornalísticos falando das diversas formas de luta em defesa da cidadania. A publicidade também foi usada: o Fórum de Mulheres veiculou um anúncio em defesa do aborto previsto em lei no Jornal do Comércio - o jornal local que tem o maior número de leitores no estado. Já o Movimento Viva Mulher cobriu as ruas da cidade de out-doors e está veiculando nas principais emissoras de TVs uma campanha contra a violência doméstica e sexual.

Trata-se, sem dúvida, de novas formas de se fazer.

(*) Márcia Laranjeira, pelo Fórum de Mulheres-de Pernambuco.

Bahia

Uma mulher não deve vacilar

Uma festa linda e forte. Assim foi o Dia Internacional da Mulher da Mulher em Salvador. "Saímos mais fortalecidas, energizadas e unidas" afirmou Maria Helena, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que juntamente com o Fórum de Mulheres de Salvador, reuniu um total de 46 organizações de mulheres na organização e promoção das atividades do 8 de Março na Bahia.

A festa homenageou todas as mulheres, destacando a participação feminina na cultura e dando especial visibilidade ao canto feminino na Bahia. A temática comum - "Uma mulher não deve vacilar" - deu nome à caminhada-desfile, puxada pela Banda Didá. Prá quem não sabe, esta Banda é percussiva, sonorizada por mãos e cantos femininos e a intenção das organizadoras da caminhada era exatamente agregar todos os cantos da cidade, numa clara política de inclusão, pois esta é a homenagem que a mulher quer e merece: ser incluída. Seis alas compuseram a caminhada: mortalidade materna e aborto, exploração sexual infanto-juvenil, turismo sexual, violência sexual, discriminação racial e participação política - Mulheres sem medo do poder. As reivindicações específicas de cada ala eram destacadas em faixas, balões e estandartes, como por exemplo "Pelo atendimento do aborto legal na rede pública de saúde", "punição ao alemão torturador de mulheres", "Nóis também tem poder" cartaz carregado pela Associação dos Portadores de Deficiência, "Liberdade para Diolinda e seus companheiros" etc.

Às seis horas da tarde do dia 8, teve início o show de mesmo nome, no palco fixo da Praça Municipal. Um enorme panô que tomava toda a fachada da Câmara de Vereadores, nas cores amarelo, verde e vermelho, anunciava que "**Uma mulher não deve vacilar quando cantada** (*Dora, Marina, Amélia, Carolina, Januária, Geny, e outras músicas com nomes de mulheres,*

terminando com *Clara e Ana e quem mais chegar*), **nem quando canta** (e seguiam os nomes de todas as cantoras que gratuitamente toparam fazer aquele show).

Uma representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e outra do Fórum de Mulheres de Salvador falaram por 10 minutos. E logo em seguida, teve início o show com a declamação do *Poema Libertário*, recitado por Aveli Albuquerque e, daí por diante, foi música e dança, com flashes da luta das mulheres apresentados por Tereza Araújo, atriz e conselheira do CMM, e seu grupo *Mocréias*, que também gratuitamente apresentou e animou o show até o seu final, à 1 hora da manhã, com a praça cheia todo o tempo, para ouvir Guida Moira, Margareth Menezes, Banda Didá, Tânia Santana, Era Encarnação, Patrícia da Timbalada, Banda Arte de Sala, Banda Feminina Kalundufferas, tigresas e gatas que mostraram a força do canto feminino, de quem não vacila quando canta e toca.

Mas as atividades começaram mesmo na véspera do 8 de Março, com o Espetáculo *Oficina Condensada*. No dia 7, à noite, as mulheres lotaram os 450 lugares do teatro ACBEU para assistir esta peça superpremiada. O Conselho e o Fórum propuseram à Prefeita Lídice da Mata a compra de toda a lotação do teatro no dia da estréia da peça em Salvador e ela topou. "Trata-se de um monólogo maravilhoso, onde uma professora em sala de aula retoma a história da mulher no mundo e sua luta, desde os tempos antigos e mediavais até a atualidade, passando do drama à comédia, em constante interação com a platéia. Com o teatro completamente lotado, foi uma hora e meia de mergulho profundo e divertido na nossa condição feminina, nossa luta, nossa loucura, nossa história, quebrando tabus em todos os tempos", afirmou Maria Helena, Presidente do Conselho Municipal da Mulher.



mulher/fempress coletânea 91

Além da programação comum, as organizações que compõem o Fórum de Mulheres e o Conselho Municipal participaram de outras atividades, realizadas por algumas destas entidades e por outras instituições:

dia 6 - Festa "Ninfas Negras", promovida pelo Coletivo de Mulheres Negras.

dia 7 - Entrega do diploma de multiplicadores aos participantes do Curso Prevenção DST e AIDS, primeira etapa, promovido pelo Grupo de Mulheres da UNEGRO.

dia 8 - Debate "Uma mulher não pode vacilar", abordando nossos vacilos nas diversas áreas, desde o cotidiano, na saúde, na participação política, na produção de conhecimentos, promovido pelo Núcleo Estudos Interdisciplinar sobre a Mulher da UFBA.

- Aula inaugural do Centro de Profissionalização da Mulher - da LAR (Prefeitura de Salvador).

- Homenagem da Polícia Militar da Bahia às 35 mulheres, dentre as quais Mãe Stela e Daniela Mercoury e as mulheres do Conselho, através da sua Presidente.

- Lançamento do Grupo de Mulheres da Fonte do Capim.

- do dia 8 até 22 de março, Exposição Fotográfica "Caminhos da Mulher-Lesbianismo", promovida pelo Grupo Lésbico da Bahia.

dia 9 - Palestra "Mulher Negra - por que se organizar - promoção do Grupo Feminista do Calafate- San Martin.

Rio de Janeiro

Cidadania Feminina

As mulheres fluminenses comemoram o dia 8 de Março com uma conquista: através do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - RJ, o Governo do Estado tornou realidade o *Programa Cidadania Feminina, Direito Humano Universal, Prioridade Local*.

O Decreto foi assinado durante solenidade no Palácio Guanabara, pelo Governador do Estado e contou com a presença de representantes do Movimento de Mulheres, Deputados, Vereadores, Secretários de Estado. Tem por objetivo implementar medidas efetivas voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminação, em defesa do exercício pleno da cidadania feminina. Seu principal instrumento de execução será a *Convenção Fluminense pela Efetiva Cidadania da Mulher*, a ser realizada no dia 8 de março do ano que vem, com a participação do governo do Estado do Rio de Janeiro e dos municípios fluminenses que a ela venham a aderir.

Mas as comemorações não ficaram só por aí: o CEDIM-RJ, com o apoio do Centro Cultural José Bonifácio, celebrou os 200 anos de morte de Chica da Silva, no dia 7 de

de sua cor, passou para a história reduzida a uma lenda menor, de possuidora de sexualidade grotesca. Foi realizada também uma mesa-redonda sobre Chica da Silva da qual participaram, entre outros, as pesquisadoras Márcia Lima, Helena Teodoro, a atriz Zezé Mota. Seguiu-se o lançamento da mais recente edição da Revista Estudos Feministas, que contém um dossiê sobre mulheres negras e a inauguração de um Salão Artes Plásticas e uma Feira de Artesanato Afro.

No mesmo dia, aconteceu a *Reunião de Mulheres Portadoras de Deficiência do*

Estado do Rio de Janeiro, quando foi debatida sua integração ao Programa Cidadania Feminina, Direito Humano Universal, Prioridade Local. Num encontro emocionado as portadoras de deficiência lutando para que um dia possam pensar e agir sobre o mundo em igualdade de condições.

Ainda na semana do Dia Internacional da Mulher, o CEDIM-RJ lançou o livro *Igualdade na Escola, Preconceitos Sexuais na*

Educação, da socióloga Moema Toscano, no Instituto de Educação - o mais antigo centro de formação de professores do Estado do Rio. O livro ajuda a definir uma nova visão de educação, voltada para uma



O governador, em exercício, Luiz Paulo Correa da Rocha assina decreto criando Programa. Ao seu lado, Ana Maria Rattes, Presidente do CEDIM.

sociedade onde as mulheres exerçam plenamente seus deveres de cidadãs; está a disposição das(os) educadoras(es) através de pedidos ao CEDIM-RJ.

Coroou a programação do Dia Internacional da Mulher no Rio de Janeiro a mostra fotográfica *Um Olhar Feminino sobre Beijing*, uma promoção conjunta CEDIM-UNIFEM, Articulação de Mulheres Brasileiras, apresentada no Museu da República. São trabalhos da fotógrafa Cláudia Ferreira, que documentou com sensibilidade a IV Conferência Mundial das Nações sobre a Mulher, realizada ano passado em Beijing, na China.

(*)Esta matéria foi elaborada pela Assessoria de Comunicação Social do CEDIM-RJ.

“Me somo à Senadora Benedita da Silva que, na sua fantástica e contundente colocação nessa

sessão, fez aquilo que todas nós deveríamos fazer: homenagear a Diolinda, que, hoje, simboliza a mulher oprimida e reprimida neste País.”

(Trecho do pronunciamento da Deputada Jandira Feghali, durante a Sessão Solene do Dia Internacional da Mulher)



Dep. Jandira Feghali (PC do B/RJ)



março, com o evento *O Talento e a Criatividade da Mulher*. Foi um desagravo à memória dessa mulher incomum que desafiou a sociedade da época, sonhando com a liberdade de seu povo e, no entanto, por causa

Minas Gerais

Mineiras fazem manifestação na Praça 7



No Dia Internacional da Mulher a Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte e o Fórum de Mulheres organizaram um ato público no centro da cidade. Entre outras organizações, participaram da manifestação o MUSA - Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher, o Movimento Popular da Mulher, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, NZINGA - Mulheres Negras, Pastoral da Mulher Marginalizada, e o Centro de Apoio Comunitário Venda Nova.

As mulheres usaram a tribuna para denunciar e reivindicar seus direitos. Houve também várias atividades culturais e distribuição de boletins, cartilhas, e de preservativos.

Maranhão

Diversificando a Ampliando

Neste ano a programação da Semana da Mulher em São Luís do Maranhão foi bastante diversificada e atingiu alguns dos bairros mais populosos da capital. O Movimento de Mulheres Maranhense aproveitou a data para, mais uma vez, chamar a atenção das autoridades públicas e da sociedade em geral para a condição da mulher. O Coletivo de Mulheres Rurais também organizou várias atividades fora da capital.

A Semana da Mulher teve início no dia 3, com a abertura do Encontro da Pastoral da Mulher. No dia seguinte, o assunto foi *Mulher e Política*, numa mesa redonda que reuniu a Comissão de Justiça e Paz, o Grupo de Mulheres da Ilha, as Mulheres do PDT e o Sindicato dos Servidores Públicos.

Prostituição feminina: um obstáculo na busca da cidadania, este foi o assunto do dia 5 de março, debatido com representantes da Pastoral da Mulher, do UNICEF e NINHO.

No dia 6, em São Luís, foi aberto o *I Seminário sobre a Mulher Trabalhadora na Indústria*, com um debate coordenado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Laticínios. As mulheres deficientes também não deixaram por menos, e no dia 7 o tema em questão era a sua luta pela cidadania.

No 8 de Março as mulheres começaram o agito logo cedo, às 8 da manhã, com uma panfletagem. Daí prá frente houve exibição de vídeos, exposição de cartazes, fotografias e pinturas de artistas, uma tribuna livre para as mulheres, recital de poesias, exposição e venda de produtos artesanais e agrícolas.

À noite do dia 8 e também no dia 9, a Associação de Mulheres de Carreira Jurídica realizou um seminário para discutir a ilegalidade dos atestados de esterilização e a lei do concubinato. Encerrando a semana, o tema em pauta foi a Violência contra a Mulher, discutido numa mesa-redonda que reuniu o Movimento de Mulheres de Coroadinho, a Comissão de Mulheres da CUT e o Grupo de Mulheres da Ilha.

Além das atividades realizadas pelo Movimento de Mulheres Maranhense, houve outras promovidas pelo governo. A Governadora Roseana Sarney assinou decreto se comprometendo a acabar com a mortalidade materna.

Na mídia, as dificuldades enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho e a polêmica com relação à descriminalização do aborto - com destaque para os projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional e a PEC contra o aborto - foram os temas que obtiveram maior espaço no noticiário.

Paraíba

Garantir os direitos constitucionais das mulheres

O 8 de Março na Paraíba foi bem agitado. O Fórum Estadual de Mulheres foi o responsável pela organização das atividades, que começaram logo cedo, com uma Sessão Especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher na Assembléia Legislativa. O Ato Público, realizado à tarde no Ponto Cem Réis, teve como tema central *A Garantia dos Direitos Constitucionais das Mulheres* e contou com a participação de aproximadamente 300 mulheres. O ponto alto da manifestação foi a homenagem à Diolinda Alves, líder dos sem-terra, que estava presa em São Paulo.

A Carta, divulgada pelo Fórum Estadual de Mulheres da Paraíba, chama a atenção para o desempenho e a atuação dos parlamentares no Congresso Nacional, e enfatiza a necessidade de se regulamentar os direitos constitucionais das mulheres e, por outro lado, de não se retroceder. Neste sentido, chamam a atenção para a PEC contra o aborto, que está tramitando no Congresso Nacional.

Além da discussão política, no ato público foram realizadas atividades políticas e culturais, incluindo roda de capoeira feminina, performance teatral, show de música e poesia, exposição de fotos do Coletivo Feminino Santo Dias e de livros de várias autoras e exibição de filmes.

O Dia Internacional da Mulher e as atividades realizadas pelo Fórum ocuparam um bom espaço na mídia. Também foi notícia a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania. A companhia de Telecomunicações da Paraíba - TELPA também participou das comemorações do 8 de Março, promovendo uma palestra sobre *As mulheres na história*, para diretores da empresa e funcionários.

Rondônia

Costurando histórias

* *Joana D'Arc Moura do Amaral*

No 8 de Março deste ano os mais diversos segmentos da sociedade civil organizada promoveram em seus espaços de atuação a discussão sobre a temática da mulher. Da escola à igreja, passando por sindicatos, partidos, associações, todos de alguma forma abordaram essa questão.

O Fórum Popular de Mulheres, de Rondônia, foi solicitado a contribuir e se fez presente na Câmara Municipal de Porto Velho para uma sessão especial; no Centro Educacional Mojuca, debatendo o tema "Sexo e Sexualidade", no Sindicato dos Servidores Federais discutindo o 8 de Março; na Igreja Metodista Wesleyana enfocando a sociedade moderna e a mulher excluída, no bairro de Jardim de Santana promovendo uma oficina de educação popular para mulheres, e na Universidade Federal de Rondônia debatendo sobre os direitos das mulheres.

O destaque deste ano ficou com o IV Fórum Mulher que organizamos em parceria com o SESC (Serviço Social do Comércio) e CEAP (Centro de Educação e Assessoria Popular). Neste evento, promovido pelo SESC, contamos com a presença da Juíza Federal Salete Maria Molita Macalóz que historiou todo o processo de luta, organização e ascensão da mulher em diversas sociedades e culturas. A participação das mulheres brasileiras nos movimentos pelo fim da ditadura militar, o surgimento dos grupos feministas, o nosso processo de organização e a diversidade do movimento de mulheres, as mobilizações e conquistas asseguradas no Constituinte (1988), a Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing'95 e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher foram alguns dos momentos políticos importantes destacados nesta palestra.

Também em um workshop, que reuniu delegadas, donas de casa, comerciárias, professoras, grupos de mulheres da 3ª idade, psicólogas e advogadas, Salete Macalóz partilhou conosco as angústias e preocupações que vivemos no cotidiano.

Este 8 de Março, para nós, vem acompanhado de uma mensagem que esperamos ganhe amplitude capaz de barrar qualquer retrocesso: Cidadania para todos! Nenhum direito a menos!

(*) *Joana D'Arc Moura do Amaral é psicóloga e membro Fórum Popular de Mulheres.*

São Paulo

Protestos contra prisão de Diolinda

No Dia Internacional da Mulher, uma passeata silenciosa, com as mulheres vestidas de preto percorreu o centro da capital paulista, chegando até o Tribunal de Justiça (encarregado de julgar os pedidos de habeas corpus para os Sem Terra) para protestar contra a prisão de Diolinda Alves de Souza. A Deputada Federal Telma de Souza (PT-SP), o Deputado Estadual Jamil Murad (PCdoB) e a vereadora Tereza Lajolo (PT) participaram do ato.

No interior do estado, as mulheres do Movimento dos Sem Terra, acompanhadas por seus filhos, ocuparam uma fazenda, no Pontal do Paranapanema. A ocupação pretendeu demonstrar que as mulheres também estão na luta pela Reforma Agrária e protestar contra a prisão de Diolinda Alves de Souza e seus companheiros. Com a participação das crianças as mulheres sem terra objetivaram denunciar a ausência de políticas públicas de educação para os acampamentos e assentamentos.

Além dos grupos de mulheres, cerca de 15 organizações de defesa dos direitos humanos de São Paulo divulgaram uma Carta Aberta à População contra a prisão de Diolinda e seus companheiros.

Santos - O Fórum de Mulheres de Santos, juntamente com a Central de Atendimento à Mulher e mais cinco Secretarias Municipais promoveram uma série de atividades na semana do Dia Internacional da Mulher (de 4 a 8/3). Entre elas, o Seminário da Masculinidade, cujos objetivos eram discutir a solidariedade na luta pelo fim da discriminação e da violência contra a mulher, bem como incentivar as famílias, o Poder Público e a sociedade como um todo articulando propostas através de ações concretas. O encontro, que ocupou todo o dia, foi aberto às 9 horas da manhã, com a presença do Prefeito David Capistrano e da Coordenadora de Assuntos da Mulher, Vera Lúcia Silva.

Mulher e Trabalho



No dia 8 de março, em São Paulo, a Secretaria Nacional da Mulher da Força Sindical e o Conselho Estadual da Condição Feminina lançaram a cartilha "Mulher e Trabalho - Beijing'95", durante ato realizado por essa central em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, que contou com a participação de aproximadamente 500 trabalhadoras.

Nair Goulart, Secretária da Força Mulher, explica que o objetivo da publicação é divulgar e incorporar as resoluções da IV Conferência Mundial sobre a Mulher no dia-a-dia da trabalhadora. "É importante sentir na fábrica, no comércio, no escritório, enfim no nosso ambiente de trabalho ou nas nossas casas, que não estamos sozinhas. E que podemos contar com mecanismos que nos ajudem a enfrentar as discriminações". Maria Aparecida de Laia, Presidente do CECF-SP, destaca a importância de que "todas as mulheres conheçam a Plataforma de Ação para poder cobrar os compromissos assumidos pelo governo.

O ato também foi marcado pelo lançamento da Campanha "Mulher na Luta pelo Emprego". A Campanha - uma parceria da Força Sindical e DIEESE - já tem concluída a primeira fase de uma pesquisa que lhe subsidiará. Está pronto um levantamento do DIEESE sobre a evolução do emprego de mulheres no Brasil de 1990 a 1995, indicando que as mulheres, proporcionalmente, ocuparam mais espaço do que os homens no mercado formal de trabalho. A qualidade do emprego das mulheres e o problema do desemprego também constam deste levantamento.

Quem tiver interesse na publicação "Mulher e Trabalho - Beijing'95" pode entrar em contato com a Força Sindical (Rua Galvão Bueno, 782 - 13º andar. CEP 01506-000 - São Paulo, SP. Fax: : 011-279-6090), ou com o Conselho (Rua Antonio de Godoy, 122 - 6º andar. CEP 01034-000 - São Paulo, SP. Tel: 011-2218904).

Mato Grosso

Mulher e Política

O NUEPOM - Núcleo de Estudos Pesquisa e Organização da Mulher, em parceria com a Pastoral e IPESP, contando com o apoio de várias entidades organizou e realizou as comemorações do Dia Internacional da Mulher, em Cuiabá-MT. O tema deste ano foi "Mulher na Política - Pelo fim da violência". As atividades iniciaram-se no dia 7 e incluíram um debate sobre os temas da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher; e uma Sessão Solene na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, onde denunciou-se as várias formas de violências ocorridas contra a mulher.

No 8 de Março, as cuiabanas realizaram um ato público na Praça da República, oportunidade em que entregaram ao Secretário de Justiça do Estado, Sr. Hermes de Abreu, um documento solicitando providências e medidas eficazes e urgentes que garantam o fim da violência contra a mulher em todo o Estado.

Uma marcha pelo fim da violência contra a mulher, percorreu as principais ruas do centro de Cuiabá e chegou até a Igreja do Rosário, onde realizou-se um culto ecumênico, encerrando as atividades do Dia Internacional da Mulher em Mato Grosso.

"Foi mais um dia de luta e reflexões sobre a opressão sofrida pela mulher. Estamos de olhos, mente e ouvidos atentos para reivindicar e conferir!", afirmou Madalena Vieira, uma das coordenadoras do NUEPOM.

Piauí

Passeata em Teresina

As mulheres piauienses foram às ruas para protestar e reivindicar seus direitos. No dia 8 de março, uma passeata que percorreu o centro de Teresina reafirmando a luta pela implantação do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde; pelo efetivo exercício dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais e pelo respeito às funções sociais da maternidade. O movimento reivindicou a implantação de mais delegacias especiais para a mulher e a reforma do Código Penal, de forma a assegurar as conquistas das mulheres e ampliar os direitos existentes.

A programação do Dia Internacional da Mulher em Teresina, teve início no dia 6, com uma celebração ecumênica e seguiu-se no dia 7 com um debate sobre a questão da violência contra a mulher.

A programação conjunta ficou a cargo da União de Mulheres Piauiense, da CUT, APEP-Sindicato, Sindicato dos Urbanitários, Sindicato dos Rodoviários, Federação das Associações de Moradores dos Conselhos Comunitários, Pastoral do Menor e Pastoral da Pesca e Gabinete da Vereadora Trindade.

Além da programação conjunta, as organizações de mulheres e outras instituições do Piauí realizaram várias atividades isoladas no 8 de Março.

Pará

DE Beijing para Belém do Pará.

No Calendário Mundial das Mulheres, está marcado o 8 de Março como um dia estratégico de reflexão, denúncia, reivindicação e conquista tendo a história como base para olhar para o futuro. Neste ano de 1996, já sob o signo de Beijing'95, as mulheres têm conquistado a nível mundial reconhecimento, direitos, espaços e lugar entre os diversos. E foi na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher que o 8 de Março, em Belém, se espelhou neste ano.

De 5 a 8 de março, o Conselho Municipal da Condição Feminina, a Articulação de Mulheres do Pará, a Associação das Enfermeiras, a Delegacia da Mulher e o Núcleo de Assistência à Mulher, Criança e Adolescente da Defensoria Pública promoveram uma série de atividades com o objetivo de divulgar os resultados de Beijing'95 e de discutir no próprio movimento e com as entidades civis e organizações não governamentais e governamentais, as possibilidades de trabalho em torno da questão.

A data também marcou o início dos debates com relação à Campanha Mulheres Sem Medo do Poder, deflagrada a partir da garantia legal (Lei 9.100/95) de que todos os partidos e coligações, nas eleições municipais, deverão respeitar uma quota mínima de 20% de candidaturas de mulheres no pleito de 1996. Tanto a Câmara Municipal quanto a Assembléia Legislativa Estadual realizaram sessões especiais comemorativas ao Dia Internacional da Mulher.



Seu grupo quer mais Fêmeas?

Estamos estudando a possibilidade de ampliar a tiragem do FÊMEA - atualmente de 4.000 por mês - para atender aos vários pedidos de organizações de mulheres que querem receber sistematicamente um número maior de exemplares deste jornal.

Cada organização de mulheres tem recebido dois exemplares de cada edição. Se o seu grupo tem interesse em receber um número maior, por favor escreva para o CFEMEA dizendo quantos exemplares vocês necessitariam. Com base nestas solicitações pretendemos definir a ampliação da tiragem do FÊMEA e estudar alternativas para atender a todos os pedidos que nos chegam.

Em princípio, a idéia que estamos amadurecendo é de ampliar um pouco o número de exemplares enviado para os grupos e, para atender as solicitações maiores cobrar um valor correspondente aos gastos de impressão e postagem.

Estamos esperando a sua resposta.

Ceará

Indignação, paixão e luta

As cearenses agitaram as ruas de Fortaleza e o interior do Estado no 8 de Março. Foram mais de 20 atividades realizadas por diferentes organizações. Na capital o ponto alto foi a passeata, com aproximadamente mil mulheres, que percorreram as ruas centrais de Fortaleza durante a tarde, protestando contra a violência, a exploração, a falta de moradia, e a ameaça de perda de direitos como aposentadoria por tempo de serviço. A manifestação foi organizada pela União de Mulheres Cearenses, o Centro Popular da Mulher, a Associação das Prostitutas do Ceará, a Comissão de Mulheres Trabalhadoras da CUT e Coletivo de Mulheres da Central dos Movimentos Populares.

A Câmara Municipal de Fortaleza promoveu uma Sessão Especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, oportunidade em que foi lançado o Gui da Mulher contra a Violência. A Assembléia Legislativa do Ceará também realizou uma solenidade onde o tema central de discussão foi a implementação das recomendações da IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Beijing'95 e a questão da violência.

O governo estadual, através de sua Primeira-Dama, Renata Jereissati, lançou o projeto Maternidade-Segura, oportunidade em que também confirmou o seu compromisso com a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. O Conselho Cearense dos Direitos da Mulher foi responsável pela organização de uma série de atividades que ocuparam o Teatro José de Alencar durante toda a tarde e parte da noite: mostra de vídeos, exposição de artes, literatura e de trabalhos científicos sobre

questões relacionadas à mulher. Houve ainda um show com Francis e Olívia Himé no Teatro São José em comemoração à data.

A Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza também realizou um Ato Show para celebrar o 8 de Março. Houve também duas festas para comemorar o Dia Internacional da Mulher, uma promovida

Universidade Estadual. O DCE da UNIFOR realizou um debate sobre a prostituição infantil e o sexo turismo.

No interior, o assunto que tomou conta do 8 de Março foi a participação política das mulheres. A nova lei que estabelece a quota de 20% de candidaturas de mulheres nas eleições municipais deu o que discutir em Tianguá, onde o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, do Assentamento de Valparaíso, promoveu um debate sobre a questão. O mesmo aconteceu em Itapipoca, por iniciativa das Trabalhadoras Rurais Organizadas no Assentamento Maceió, reunindo cerca de 250 mulheres que também, conversaram sobre Beijing'95. No distrito de Arapari, mais de 150 mulheres de 5 comunidades rurais reuniram-se para discutir os direitos da mulher e sua participação política; já no assentamento de Sabiagua, em Amontada, foram 70 mulheres. A Condição da Mulher foi o tema dos dois debates promovidos pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Trairi e pela Comunidade de Gualdrapas, da mesma cidade. Em Iguatu, centro sul do Ceará, as mulheres realizaram um Ato Público pela implantação da Delegacia de Defesa da Mulher na região. O ato foi organizado pela Associação de Mulheres Iguatuenses.

A mídia deu bastante espaço para o Dia Internacional da Mulher. As programações dos movimentos de mulheres, da Assembléia Estadual e Câmara Municipal, bem como as atividades realizadas pelo governo foram bem divulgadas. A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, a violência contra a mulher, a sua condição no mercado de trabalho, a participação desigual de mulheres e homens no poder foram os temas mais destacados pelos jornais.

FESTA E LUTA

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Venha e traga toda sua indignação, paixão e disposição de luta par virar esse jogo, conquistar e garantir:

O fim da discriminação de gênero, raça e orientação sexual

Pela maternidade voluntária

Pela descriminalização do aborto

O fim da esterilização em massa de mulheres

Por uma política libertária de educação sexual nas escolas

Por saúde, educação, creche pública e de qualidade

Pelo fim da impunidade e pela Reformulação do Código Civil e Penal

Pelo fim dos preconceitos e violência policial contra as prostitutas e homossexuais

Pelo fim da Prostituição Infato-juvenil e turismo sexual

Pela divisão do trabalho doméstico diminuindo a dupla jornada

Salário igual para trabalho igual

Pela redução da jornada de trabalho

(Trecho do panfleto que convocou a passeata em Fortaleza)

pelo Partido dos Trabalhadores - a Festa Lilás - e outra para os profissionais de saúde, promovida pelo Sindicato dos Médicos.

Na Escola Técnica Federal, a Associação dos Docentes encarregou-se de exibir vídeos que tratam da condição da mulher e de promover um show. Uma homenagem ao NINHO Cearense (Mulheres Prostituidas) marcou a data

"No Brasil, a luta das mulheres por seus direitos propiciou avanços significativos na Constituição Federal de 1988, avanços que vão desde a proibição da discriminação de qualquer tipo, ao reconhecimento das uniões estáveis e da função social da maternidade, à ampliação da licença-gestante, à contemplação dos direitos e garantias da mulher trabalhadora.

A luta das mulheres por seus direitos não terminou. (...) Embora o Brasil possa ser considerado bem mais avançado do que muitos outros países no que se refere ao reconhecimento legal dos direitos da mulher, ainda há muitos problemas a serem resolvidos. Estamos longe de uma situação de respeito à condição feminina e de enfrentamento de problemas de gênero."

Senador Lúcio Alcântara, em pronunciamento, no Senado, no dia 8 de março

Cadê o dinheiro do PAISM?

Comemoramos quando a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) decidiu apresentar uma emenda da própria Comissão destinando R\$5,4 milhões do Orçamento da União para o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde. O sub-relator da área de saúde



Deputada Ieda Crusius (PSDB/RJ)

Comissão Mista de Orçamento acatou a emenda mas reduziu o volume de recursos para R\$ 300 mil ... de qualquer forma, parecia ser melhor do que nada.

Mas qual não foi o nosso susto quando, no dia 20 de março, poucas horas antes do início da reunião conclusiva da Comissão Mista de Orçamento, constatamos que no Relatório Geral que seria submetido ao Plenário da Comissão os recursos para o PAISM eram igual a zero. Para se ter noção da gravidade deste fato, é preciso esclarecer que inexistindo uma rubrica do Orçamento destinada ao PAISM, o Programa ficaria não somente sem nenhum recurso da União mas, mais grave do que isto, estaria impossibilitado de receber recursos de outras fontes, como aqueles oriundos de empréstimos do Banco Mundial, Banco Interamericano e doações das agências das Nações Unidas, como do Fundo de

População (FNUAP), Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Panamericana de Saúde (OPAS), que a bem da verdade, aos trancos e barrancos têm permitido ao PAISM dar alguns suspiros.

Pouco antes do horário previsto para o início da reunião da Comissão que aprovaria o Relatório Geral do Orçamento, entramos em contato com o Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertando-o para a questão e buscando alternativas para o problema. Lúcio Alcântara nos acompanhou até o Sub-relator da Sub-Comissão de Saúde da Comissão Mista de Orçamento, Senador Romero Jucá (PFL-RR), que constatou com estranheza este absurdo e assumiu o compromisso político de defender, na reunião da Comissão, um destaque para a emenda do PAISM.

Para apresentar o destaque, contou-se com o esforço da Deputada Raquel Capiberibe (PSB-AP), que articulou com o Senador Sebastião Rocha (PDT-PA), membro da Comissão Mista, a apresentação do mesmo.

A reunião, entretanto, foi adiada para o dia seguinte (21) pela manhã e assim ganhou-se um pouco mais de tempo para a articulação política.

relatoria e decididos em negociação entre a Mesa Diretora e as bancadas dos estados.

A estratégia política para a aprovação do destaque passava por conseguir apoio do maior número possível de bancadas estaduais. Resultado, as negociações estenderam-se desde às 19 horas do dia 21 até as 3 da madrugada do dia 22. Nesta longa e tensa noite, contamos com determinação e a capacidade de articulação e negociação política das Deputadas Yeda Crusius (PSDB-RS) e Nair Lobo (PMDB-GO). Também desempenharam um papel importante para o sucesso das negociações o Senador Eduardo Suplicy (PT/SP); e os deputados Paulo Bernardo (PT/PR), Deputado Rubens Cosac (PMDB/GO) e Marconi Perilo (PSDB/GO).

Às 3 horas da madrugada deu-se início a votação. O destaque do PAISM foi citado e aprovado exatamente às 03:30. O cansaço era total, mas ainda havia fôlego para comemorar, afinal, estava praticamente garantida a rubrica do PAISM no Orçamento da União, com um total de R\$300 mil. No próximo dia 9 de abril, o relatório aprovado pela Comissão, será submetido ao Plenário do

No Relatório Geral que seria submetido à Comissão Mista de Orçamento, os recursos para o PAISM eram igual a zero.

Às 10 horas da manhã, a sessão foi aberta e novamente interrompida, e convocada para as 16:00h, mas, de fato, só foi retomada às 18:30h. Logo no início dos trabalhos, a Comissão decidiu que todos os destaques apresentados pela manhã - entre os quais incluía-se o do PAISM - seriam apreciados pela

Congresso Nacional.

Das outras 10 emendas que os parlamentares apresentaram ao Orçamento para a efetivação de políticas públicas destinadas às mulheres e à equidade de gênero, 7 constam do Relatório Geral da Comissão Mista (veja FÊMEA nº 36).